



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No exercício de 2023, a Bradesco Leasing registrou lucro líquido de R\$ 481 milhões, correspondendo a R\$ 20.373,93 por ação e patrimônio líquido de R\$ 3.883 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 12,38% sobre o patrimônio líquido. O total de ativos somava R\$ 12.107 milhões, destacando-se R\$ 6.928 milhões em títulos e valores mobiliários e R\$ 3.992 milhões em operações de arrendamento mercantil de leasing financeiro, registrados a valor presente. A Instituição possui 5.605.986.711 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 151.683 milhões.

A Instituição possuía participação societária de 1,78% na empresa Serel Participações em Imóveis S.A.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 162/22 da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing possui Política de Contratação de Auditoria Independente com diretrizes relacionadas à governança, transparência, conformidade, objetividade e independência na contratação e prestação de Auditoria das Demonstrações Financeiras da Instituição, e que dissemina a cultura corporativa de observância a não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
Ativo	Nota	2023	2022	
Disponibilidades	4	10.861	5.719	
Instrumentos Financeiros		6.929.318	6.509.678	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	5a	1.766	1.561	
Títulos e Valores Mobiliários.....	6a	6.508.117	6.508.117	
Operações de Arrendamento Mercantil	7	3.992.338	3.228.821	
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa		(42.449)	(42.429)	
Operações de Arrendamento Mercantil.....	7	(42.449)	(42.429)	
Créditos Tributários	21c	324.286	371.355	
Investimentos em Coligadas	8	24.979	45.440	
Imobilizado de Uso	9	25.444	25.444	
Depreciações	9	(22.409)	(22.394)	
Outros Ativos	10	864.853	795.386	
Total do Ativo		12.107.221	10.917.020	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil						
Passivo	Nota	2023	2022			
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		7.444.044	6.755.272			
Depósitos Interfinanceiros.....	11a	539.778	647.864			
Recursos de Emissão de Títulos.....	11b	6.904.266	6.107.408			
Provisões	12	66.247	94.659			
Outras Provisões.....		66.247	94.659			
Impostos Diferidos	21c	550.355	465.902			
Outros Passivos	14	163.633	84.778			
Total do Passivo		8.224.279	7.400.611			
Patrimônio Líquido						
Capital Social.....	15a	2.312.267	2.312.267			
Reservas de Lucros.....	15b	1.570.499	1.204.103			
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		176	39			
Total do Patrimônio Líquido		3.882.942	3.516.409			
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.107.221	10.917.020			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira		1.456.579	2.844.175	2.351.176
Operações de Arrendamento Mercantil.....	7h/7h II	1.003.193	1.646.764	1.646.764
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	6b	453.386	896.946	704.412
Despesas da Intermediação Financeira		(1.140.916)	(2.223.112)	(1.952.468)
Operações de Captações no Mercado.....	11c	(418.223)	(844.801)	(754.726)
Operações de Arrendamento Mercantil.....	7h	(722.693)	(1.378.311)	(1.197.742)
Resultado da Intermediação Financeira		315.663	621.063	398.708
Reversão/(Despesas) com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4.925)	(324)	9.016
Operações de Arrendamento Mercantil.....	7h I	(4.925)	(324)	9.016
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		310.738	620.739	407.724
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		57.147	85.661	85.661
Despesas Administrativas.....	16	(15.608)	(32.445)	(35.693)
Despesas Tributárias.....	17	(24.398)	(45.781)	(35.012)
Resultado de Participações em Coligadas.....	8	1.058	2.210	3.541
Outras Receitas Operacionais.....	18	119.469	174.876	123.913
Outras Despesas Operacionais.....	19	(7.910)	(10.766)	(14.222)
Reversões/(Despesas) de Provisões.....		(15.464)	(2.433)	13.018
- Fiscais.....	13	-	20.831	15.649
- Cíveis.....	13	(15.464)	(23.264)	(2.631)
Resultado Operacional		367.885	706.400	463.269
Resultado Não Operacional	20	(2.353)	(1.303)	(1.506)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		365.532	705.097	461.763
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	21	(109.659)	(224.578)	(157.178)
Lucro/(Prejuízo) Líquido		255.873	480.519	304.585
Lucro por Ação em R\$		10.848,96	20.373,93	12.914,36

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período		255.873	480.519	304.585
Itens que podem ser Reclassificados para o Resultado		143	137	53
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....		143	137	53
- De Coligadas.....		143	137	53
Total dos Ajustes Não Incluídos no Lucro/(Prejuízo) Líquido		143	137	53
Resultado Abrangente do Período		256.016	480.656	304.638

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre 2023	Acumulado em 31 de dezembro 2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		365.532	705.097	461.763
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		264.830	531.271	475.963
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.....		4.925	324	(9.016)
Depreciação e Amortização.....		621.153	1.165.004	1.068.904
Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais.....		17.189	6.276	(13.771)
Resultado de Participações em Coligadas.....		(1.058)	(2.210)	(3.541)
Superveniência de Depreciação.....		(379.630)	(639.304)	(573.866)
Outros para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....		3.304	2.562	1.868
Outros.....		(1.053)	(1.381)	5.385
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos		(1.247.560)	(1.761.879)	(1.579.357)
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....		(103)	(205)	(172)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....		(178.979)	(400.117)	(893.964)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil.....		(989.919)	(1.289.506)	(665.601)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....		(78.559)	(72.051)	(19.620)
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos		220.965	(199.265)	(31.877)
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros.....		268.494	(108.086)	70.939
Aumento/(Redução) em Outras Provisões.....		(12.500)	(35.193)	(23.354)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos.....		(3.229)	(561)	(46.097)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....		(31.800)	(55.425)	(33.365)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais		(396.233)	(724.776)	(673.508)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda.....		-	(17.408)	-
(Aquisição)/Alienação de Investimento.....		-	9.915	-
Dividendos Recebidos.....		-	12.892	11
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos		-	5.399	11
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures.....		399.965	796.858	672.464
Dividendos Pagos.....		-	(72.339)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento		399.965	724.519	672.464
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.732	5.142	(1.033)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....		7129	5.719	6.752
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....		10.861	10.861	5.719
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.732	5.142	(1.033)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) para elaboração de demonstrações financeiras, contemplam a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2024.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

ii. Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo baseia-se, geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

e) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:

i. Arrendamentos a receber

Reflete o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente (Nota 7b).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.312.267	293.657	678.200	(14)	-	3.284.110
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	53	-	53
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	304.585	304.585
Destinações: - Reservas.....	-	15.229	210.717	-	(232.246)	-
- Dividendos Pagos e/ou Provisionados.....	-	-	-	-	(72.339)	(72.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.312.267	308.886	895.217	39	-	3.516.409
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	137	-	137
Lucro Líquido.....	-	-	-	-	480.519	480.519
Destinações: - Reservas.....	-	24.026	342.370	-	(366.396)	-
- Dividendos Pagos e/ou Provisionados.....	-	-	-	-	(114.123)	(114.123)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.312.267	332.912				



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificadas os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício. Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestações de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Adicionalmente, em outros ativos estão demonstrados os ativos não financeiros mantidos para a venda que são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 10.

k) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Para avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Depósitos e demais instrumentos financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

A composição das operações está apresentada na Nota 11.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de debêntures, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, as composições dos respectivos saldos dessas captações estão sendo apresentadas na Nota 11.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Deliberação da CVM nº 594/09 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos	2023				2022			
	1 a 30 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos para negociação	6.908.235	-	6.908.235	6.908.235	-	6.508.117	-	
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	25.649	-	
Cotas de fundos de investimentos (2)	6.908.235	-	6.908.235	6.908.235	-	6.482.468	-	
Disponíveis para venda	-	19.317	19.317	2.110.504	23	-	-	
Letras financeiras do tesouro	-	19.317	19.317	19.294	23	-	-	
Total geral	6.908.235	19.317	6.927.552	6.927.529	23	6.508.117	-	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(2) Refere-se à aplicação em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2023		Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2022	2023	2022
Títulos de renda fixa	4	574	4	2.901
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5b)	103	205	103	173
Rendas com aplicações em fundos de investimentos	453.279	896.167	453.279	701.338
Total	453.386	896.946	453.386	704.412

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Contratos de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Arrendamentos financeiros a receber	2.678.897	2.250.628	2.678.897	2.250.628
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(2.575.571)	(2.207.556)	(2.575.571)	(2.207.556)
Bens arrendados e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7i)	7.354.831	6.244.527	7.354.831	6.244.527
Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros (Nota 7j)	(936.167)	(1.127.009)	(936.167)	(1.127.009)
- Depreciações acumuladas	(3.078.448)	(2.629.992)	(3.078.448)	(2.629.992)
- Superveniência de depreciação	2.142.281	1.502.983	2.142.281	1.502.983
Valor residual garantido antecipado	(2.529.652)	(1.931.769)	(2.529.652)	(1.931.769)
Total do valor presente (1)	3.992.338	3.228.821	3.992.338	3.228.821

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 3.966.931 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 3.173.574 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Instituição em novos contratos de características similares.

c) Modalidade e níveis de risco

Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	Níveis de risco										Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2023	2022	
	Total em 31 de dezembro de 2023	438.152	1.414.166	2.110.504	1.723	13.171	2.478	240	661	11.243	3.992.338	3.228.821
Total em 31 de dezembro de 2022	635.270	1.163.817	1.380.273	14.686	5.642	3.972	1.284	14.703	9.174	3.992.338	3.228.821	

d) Composição das operações de crédito por nível de risco e faixas de vencimento

Curso normal	Níveis de risco										Total	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2023	2022	
	Parcelas vincendas	437.133	1.405.386	2.030.223	1.616	13.070	2.145	240	472	8.131	3.972.881	3.213.142
1 a 30	21	1.131	511	-	41	-	-	-	-	1.704	5.464	
31 a 60	568	15.187	16.201	37	9	-	-	-	5	32.007	20.652	
61 a 90	2.866	2.485	6.924	-	-	26	-	-	50	12.325	26.150	
91 a 180	6.503	17.737	17.704	-	46	-	-	-	708	42.724	17.212	
181 a 360	17.867	28.217	64.398	1.518	169	169	-	-	138	112.412	88.082	
Acima de 360	409.309	1.340.629	1.924.485	61	12.859	1.940	-	472	7.221	3.696.985	3.055.582	
Vencidas até 14 dias	1.019	8.780	64.899	2	5	10	-	9	9	74.724	8.561	
Curso anormal	-	-	15.382	105	96	333	240	189	3.112	19.457	7.118	
Parcelas vencidas	-	-	5	7	10	14	105	92	581	814	518	
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
15 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
91 a 180	-	-	-	-	-	-	103	-	52	193	61	
181 a 360	-	-	5	1	2	-	-	70	96	174	123	
Acima de 360	-	-	6	8	8	14	2	22	343	395	330	
Parcelas vincendas	-	-	15.377	98	86	319	135	97	2.531	18.643	6.600	
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	-	
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	344	479	72	
181 a 360	-	-	-	-	-	-	135	-	107	15.629	361	
Acima de 360	-	-	15.377	5	18	25	-	97	2.068	2.523	6.167	
Total geral	438.152	1.414.166	2.110.504	1.723	13.171	2.478	240	661	11.243	3.992.338	3.228.821	
Provisão mínima requerida	-	7.071	21.105	52	1.317	743	120	463	11.243	42.114	41.925	
Provisão complementar	252	12	50	2	-	19	-	-	-	335	504	
Provisão existente	252	7.083	21.155	54	1.317	762	120	463	11.243	42.449	42.429	

I - Segregação de prazo por operação

Exposição - Arrendamento Mercantil	Atraso							Total
	Em dia	até 14 dias	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Em 31 de dezembro de 2023	3.284.099	685.597	21.290	503	464	385	3.992.338	
Em 31 de dezembro de 2022	2.776.131	445.430	5.870	889	402	99	3.228.821	

e) Concentração das operações de arrendamento mercantil

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2023	% (1)	2022	% (1)
Maior devedor	195.688	5,5	186.514	6,4
Dez maiores devedores	1.201.051	34,0	952.850	32,9
Vinte maiores devedores	1.678.987	47,5	1.325.949	45,8
Cinquenta maiores devedores	2.393.772	67,7	1.945.654	67,2
Cem maiores devedores	2.998.829	84,8	2.469.945	85,3

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

f) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2023	%	2022	%
Setor privado	3.992.338	100,0	3.228.821	100,0
Pessoa jurídica	3.855.209	96,6	3.087.191	95,6
Serviços diversos	847.419	21,2	615.195	19,3
Varejo	632.837	15,9	608.028	18,8
Holding de instituições não financeiras	438.383	11,0	233.420	7,2
Atividades imobiliárias e construção	369.543	9,3	316.078	9,8
Atacado	316.663	7,9	216.955	6,7
Transportes e concessão	233.445	5,8	255.276	7,9
Química	107.512	2,7	106.982	3,3
Embalagens	96.700	2,4	101.159	3,1
Alimentícia	69.691	1,7	61.549	1,9
Automobilística	68.741	1,7	39.520	1,2
Açúcar e álcool	60.894	1,5	71.411	2,2
Educação	50.239	1,3	53.032	1,6
Trading	43.222	1,1	66.089	2,0
Financeiro	27.957	0,7	32.056	1,0
Lazer e turismo	3.234	0,1	39.242	1,2
Demais setores	488.728	12,2	271.199	8,4
Pessoa física	137.129	3,4	141.630	4,4
Total	3.992.338	100,0	3.228.821	100,0

g) Movimentação da carteira de renegociação

	R\$ mil	
	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	45.687	63.125
Renegociação	7.938	9.470
Recebimentos/Outros (1)	(20.794)	(24.802)
Baixas	(2.160)	(2.106)
Saldo final em 31 de dezembro	30.671	45.687 </



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

i) Imobilizado de arrendamento (1)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Aeronaves	4.177.610	3.105.631
Máquinas e equipamentos.....	1.884.778	1.786.099
Veículos e afins	860.536	850.712
Outros	63.471	115.469
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquidas).....	368.436	386.616
Total de bens arrendados (Nota 7b).....	7.354.831	6.244.527
Depreciação acumulada de bens arrendados	(3.078.448)	(2.629.992)
Superveniência de depreciação.....	2.142.281	1.502.983
Total da depreciação acumulada (Nota 7b).....	(936.167)	(1.127.009)
Imobilizado de arrendamento.....	6.418.664	5.117.518

(1) A Bradesco Leasing apurou no período, superveniência de depreciação, registrada em imobilizado de arrendamento, no montante de R\$ 639.304 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 573.866 mil), sendo registrado totalmente em resultado do período.

8) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de Participação em Coligadas":

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial			
						Em 31 de dezembro		2º Semestre		Acumulado em 31 de dezembro	
						2023	2022	2023	2022	2023	2022
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2) (3).....	167.000	1.432.459	257	1,7807%	124.108	24.979	45.440	1,058	2,210	3,541	
Total.....						24.979	45.440	1,058	2,210	3,541	

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui controle conjunto na investida pela soma das participações mantidas pela Instituição, pela controladora e por outras controladas da controladora, inclusive por: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Em janeiro de 2023 houve redução de capital no montante de R\$ 9.915 mil e pagamento de dividendos no montante de R\$ 12.892 mil; e

(3) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 528 mil).

9) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Taxa anual	Custo	Custo líquido de depreciação	
			Depreciação	Total
Imóveis de uso:				
- Terrenos	-	2.714	-	2.714
- Edificações	4%	22.730	(22.409)	321
Total em 31 de dezembro de 2023.....		25.444	(22.409)	3.035
Total em 31 de dezembro de 2022.....		25.444	(22.394)	3.050

10) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Tributos antecipados.....	551.157	509.690
Devedores por depósitos em garantia.....	221.657	272.578
Outros (1).....	92.039	13.118
Total.....	864.853	795.386

(1) Contempla créditos judiciais ativados.

11) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Depósitos interfinanceiros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	91 a 180 dias	Total	
			2023	2022
- Depósitos interfinanceiros.....	-	539.778	539.778	647.864
Total em 31 de dezembro de 2023.....	-	539.778	539.778	647.864
%	-	100,0	100,0	100,0
Total em 31 de dezembro de 2022.....	647.864	100,0	647.864	100,0

b) Recurso de emissão de títulos - Debêntures

A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				2023	2022
				Fevereiro/2005.....	4.000.000
Fevereiro/2005.....	4.050.000	2025	100% CDI	3.786.599	3.349.391
Fevereiro/2005.....	8.775.000	2025	100% CDI	1.728.361	1.528.881
Janeiro/2008.....	6.750.000	2028	100% CDI	228.780	202.376
Junho/2011.....	4.750.000	2026	100% CDI	1.113.431	984.924
Total.....	28.325.000			6.904.266	6.107.408

c) Despesas de captação

	R\$ mil		
	2º semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Despesas de debêntures.....	399.965	796.858	672.464
Depósitos interfinanceiros.....	18.258	47.943	82.262
Total.....	418.223	844.801	754.726

12) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Provisão para passivos contingentes (Nota 13).....	60.686	88.956
Outras provisões.....	5.561	5.703
Total.....	66.247	94.659

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Em 4 de novembro de 2022, o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revogou a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, qual esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

III - Movimentação das provisões

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2022.....	62.356	26.600
Atualização monetária.....	3.429	413
Constituições líquidas de (reversões e baixas) (1).....	23.264	(20.831)
Pagamentos.....	(34.545)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	54.504	6.182

(1) Em Fiscais, efeito da Instrução Normativa nº 319.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 74.312 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 57.541 mil) para os processos cíveis e R\$ 429.908 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 418.240 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 150.917 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 161.534 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; e
- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o transitio em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 146.911 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 138.835 mil).

14) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Sociais e estatutárias.....	114.123	72.339
Fiscais e previdenciárias.....	45.084	8.743
Credores diversos	2.432	2.539
Outros.....	1.994	1.157
Total.....	163.633	84.778

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2022 - 23.585), nominativas-escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2023	2022
Reservas de lucros.....	1.570.499	1.204.103
- Reserva legal (1).....	352.912	308.886
- Reservas estatutárias (2).....	1.237.587	895.217

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período.....	480.519	-
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	24.026	-
Base de cálculo.....	456.493	-
Dividendos propostos em 2023.....	114.123	25,0
Dividendos propostos em 2022.....	72.339	25,0

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Serviços do sistema financeiro.....	10.269	20.906	20.940
Serviços técnicos especializados.....	3.171	6.783	6.699
Jurídicas processuais	1.044	2.133	6.243
Propaganda, promoção e publicidade	599	1.662	651
Serviços de Terceiros	277	454	460
Outras	140	296	396
Processamento de dados	108	211	304
Total.....	15.608	32.445	35.693

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.....	9.762	18.669	17.277
Contribuição à Cofins	12.357	23.014	15.058
Contribuição ao PIS.....	2.008	3.740	2.447
Outras.....	271	358	230
Total.....	24.398	45.781	35.012

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Variação monetária ativa	24.931	68.679	40.669
Atualização monetária sobre depósito vinculado	6.763	15.277	18.422
Reversão de provisões operacionais.....	5.531	6.213	59.742
Rendas de outros serviços	4.247	6.268	1.575
Outras (1).....	77.997	78.439	3.505
Total.....	119.469	174.876	123.913

(1) Contempla créditos judiciais ativados.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Atualização monetária.....	1.848	3.967	10.772
Outras provisões.....	5.876	6.435	3.398
Descontos concedidos	186	364	52
Total.....	7.910	10.766	14.222

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Ganho/(Prejuízo) na alienação de outros valores e bens.....	(6)	22	(271)
Reversão/(Provisão) para desvalorização de outros valores e bens	(3.304)	(2.563)	(1.868)
Outras.....	957	1.238	633
Total.....	(2.353)	(1.303)	(1.506)

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre	Acumulado em 31 de dezembro	
	2023	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	365.532	705.097	461.763
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g).....	(146.213)	(282.039)	(184.705)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas.....	423	884	1.416
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	18.717	36.237	(55)
Outros valores.....	17.414	20.340	26.166
Imposto de renda e contribuição social do período	(109.659)	(224.578)	(157.178)



Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 47.509.120/0001-82
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2ª Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
 • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

23) GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Gerenciamento de riscos

O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Risco de mercado

Análise de sensibilidade

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos hedges.

	Carteira Banking (1)					
	Em 31 de dezembro de 2023			Em 31 de dezembro de 2022		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais.....	(54)	(12.609)	(23.912)	(78)	(21.934)	(39.863)
Índices de preços.....	(7)	(846)	(1.604)	(6)	(770)	(1.437)
Cupom cambial.....	-	80	158	1	105	208
Moeda estrangeira.....	333	8.314	16.628	242	6.045	12.091
Renda variável.....	735	18.370	36.740	739	18.468	36.936
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	2	149	261	3	268	473
Total sem correlação.....	1.009	13.458	28.270	901	2.183	8.407

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,84 foi utilizado um cenário de R\$ 4,89, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi aplicado um cenário de 11,05%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,84 foi utilizado um cenário de R\$ 6,05, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 12,55%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 4,84 foi utilizado um cenário de R\$ 7,26, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 11,03% foi utilizado um cenário de 15,06%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

24) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades.....	10.861	-	-	-	-	10.861
Instrumentos financeiros.....	6.908.235	-	-	21.083	-	6.929.318
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	-	-	-	1.766	-	1.766
Títulos e valores mobiliários.....	6.908.235	-	-	19.317	-	6.927.552
Operações de arrendamento mercantil.....	76.428	87.792	128.215	3.699.903	-	3.992.338
Provisões para créditos de liquidação duvidosa.....	(2.900)	(7.259)	(6.879)	(25.411)	-	(42.449)
Créditos tributários.....	-	24.563	24.568	275.155	-	324.286
Investimentos em coligadas.....	-	-	-	-	24.979	24.979
Imobilizado de uso.....	76	379	455	21.820	2.714	25.444
Depreciações.....	(75)	(373)	(448)	(21.513)	-	(22.409)
Outros ativos.....	13.268	10.907	13.063	827.615	-	864.853
Total em 31 de dezembro de 2023.....	7.005.893	116.009	158.974	4.798.652	27.693	12.107.221
Total em 31 de dezembro de 2022.....	6.514.420	123.805	123.886	4.106.755	48.154	10.917.020
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	-	539.778	-	6.904.266	-	7.444.044
Recursos de instituições financeiras.....	-	539.778	-	-	-	539.778
Recursos de emissão de títulos.....	-	-	-	6.904.266	-	6.904.266
Provisões.....	-	-	-	66.247	-	66.247
Outras provisões.....	-	-	-	66.247	-	66.247
Impostos diferidos.....	-	-	-	550.355	-	550.355
Outros passivos.....	8.547	40.963	114.123	-	-	163.633
Total do patrimônio líquido.....	-	-	-	-	3.882.942	3.882.942
Total em 31 de dezembro de 2023.....	8.547	580.741	114.123	7.520.868	3.882.942	12.107.221
Total em 31 de dezembro de 2022.....	682.221	889	49.532	6.667.969	3.516.409	10.917.020

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2023 foi de R\$ 480.519 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

Nosso resultado contábil em 2022 foi de R\$ 304.585 mil, sendo todo este montante tratado como resultado recorrente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.975 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações em relação às normas anteriores para arrendatários são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. Existem isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de bens de baixo valor.

A contabilidade de arrendador permanece semelhante ao padrão atual, classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais. O CPC 06 (R2) será aplicável a partir de 1º janeiro de 2025, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados, e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substituído entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Milton Matsumoto
 Maurício Machado de Minas

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Octávio de Lazari Junior

Diretores-Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha
 Cassiano Ricardo Scarpelli
 Rogério Pedro Câmara
 Moacir Nachbar Junior

Diretor Gerente

José Ramos Rocha Neto

Diretor Adjunto

Oswaldo Tadeu Fernandes

Diretores

José Gomes Fernandes
 Clayton Neves Xavier
 Julio Cardoso Paixão
 Carlos Wagner Firetti

Diretor de Relações com Investidores

Carlos Wagner Firetti

Silvio José Alves
 Contador - CRC ISP202567/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição" ou "Bradesco Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3e e 7 a Bradesco Leasing registrou em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 42.449 mil de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa.

Para determinar a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa a Bradesco Leasing classifica as operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Bradesco Leasing complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de arrendamento mercantil e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Organização Bradesco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Organização Bradesco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras,